

Apontamentos para uma trajetória teórica do feminismo

Maria Lucia da Silveira

Doutora em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Coordenadora da Assessoria de Ações Temáticas da Secretaria Municipal de

Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo

E-mail: marialucias@prefeitura.sp.gov.br

“O feminismo não perdeu até esta data, nenhuma das batalhas em que se empenhou, tardou mais ou menos em conseguir seus resultados, porém manteve seus objetivos intocados” (Amélia Valcárcel, 2001).

Este ensaio traz a oportunidade de alinhar algumas pistas para reflexões feministas no campo teórico. A função de uma teoria crítica é contribuir para o autoaclaramento das lutas e desejos de uma época, segundo a teórica feminista Nancy Fraser, para usar um gancho político dado por Marx.

O papel da teoria feminista, como de toda teoria, a partir de sua raiz grega é “fazer ver”. Porém, a teoria feminista tem de formular um olhar crítico que as teorias convencionais nem sequer são capazes de discernir. Por isso, a teoria feminista se constitui intimamente unida aos movimentos sociais que são o laboratório social e cultural que operam transformações da sensibilidade social frente a determinados problemas e impõe reflexões advindas das práticas, que, por sua vez, geram a capacidade de nomear as questões e interpelam outros sujeitos a reverem seus paradigmas.

Assim, conquistamos alguma legitimidade, que por sua vez, alimenta as práticas a partir de horizontes alargados por desafios teóricos que se tornam práticos e que, novamente, desafiam as teorias em seus limites e fronteiras. Um exemplo disso: fomos coletivamente capazes de dissecar, nos anos 1980, a violência contra as mulheres, denominando-a violência sexista; depois, nos anos 1990, violência de gênero, fatos violentos dos homens que resultaram em assassinatos de mulheres, que fizeram o sucesso de criminalistas que antes a denominavam “legítima defesa da honra”. A partir dos anos 2000, aclarando a raiz do problema limite da violência que culminava em assassinatos de mulheres, as teóricas do feminismo formularam a noção de feminicídio, designando o assassinato de mulheres, um flagelo da opressão patriarcal, cuja prática agora tornou-se ilegal, no Brasil.

Desde o desvelamento dos estudos sobre a revolução francesa quando, depois de todo o engajamento de lideranças das mulheres no processo revolucionário, fomos aprender que o Iluminismo (ou a Ilustración como se diz em espanhol), era o seu contrário, no caso das mulheres. Após a execução de Olympe des Gouges, guilhotinada por escrever os direitos da Mulher e da Cidadã e pleiteá-los, precisamos de quase dois séculos de luta para poder afirmar que a conquista da nossa individualidade como mulheres (ou individualização) era uma tarefa coletiva.

A teoria feminista (ou as teorias feministas) denunciou: no singular para indicar um campo teórico que se foi construindo, questionando os limites da modernidade, apontando as falhas no processo emancipatório, uma de suas mais caras promessas; e, do caráter universalista excludente do conhecimento que, posteriormente, nomeamos de androcêntrico.

Esse termo é utilizado para se referir à formulação de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universais, ao ocultar ou desconsiderar a experiência das mulheres. Uma ciência que se produza naturalizando a

experiência dos homens como se fossem universais, tem como consequência uma construção enviesada do fenômeno que pretende estudar ou demonstrar, pois desconsidera em primeiro lugar que a humanidade é composta por homens e mulheres e, principalmente, que há diferenças e desigualdades significativas entre esses sujeitos (Renata Moreno, 2012).

A dificuldade de se elevar as mulheres ao estatuto de individualidade plena, em pleno gozo de sua capacidade crítica e reflexiva, de autonomia, diferenciadora do individualismo burguês, do individualismo possessivo, de se verem como um sujeito coletivo, a categoria social, Mulher, precisou adquirir e conquistar uma conotação política, mais do que empírica, já que somos tantas e tão diversas em nossas experiências como mulheres. Precisamos de interlocutoras que foram mostrando as limitações do contrato social. O livro de Carole Pateman, *O Contrato Sexual*, veio assegurar o tão discutido contrato social que para a teoria política, inaugurou a Civilização. As mulheres ficaram de fora dele.

As teorias parecem distantes de nossas realidades, mas, se observarmos hoje detalhadamente, veremos que o que os conceitos condensam estão bem próximos da realidade atual. Por exemplo, os estupros, na Índia, os estupros de mulheres que ousaram engrossar manifestações na Praça Tahir, no Cairo, ou, no Brasil, quando políticos, fazendeiros, nos rincões do país, compram adolescentes virgens para festas privadas ou uma banda que pensa que a celebridade lhes autoriza estuprar e ferir fãs, como o recente caso da banda New Hit, alvo de protestos organizados pela Marcha Mundial de Mulheres. Ou o estupro em territórios em guerra e conflitos. Assim, precisamos nos perguntar se a teoria feminista, como campo que subverte a natureza do conhecimento tradicional, o que chamamos de construção de novos paradigmas, vem sendo capaz de responder e nos fornecer instrumentos de análise para transformar esses tristes fatos que atingem, sobretudo, mulheres.

A tradição teórica feminista tem ainda uma capacidade para modelar concepções e agudizar sensibilidades que se fazem necessárias para a luta.

Qual a influência do feminismo? Há muitas respostas, sobretudo, as dadas por intelectuais, de diferentes matizes, que o declarou como o mais influente movimento do século XX: desde o historiador marxista Hobsbaum, passando por vários teóricos das ciências sociais, como Touraine, Giddens, Castells, entre outros.

Tomou força há cerca de cinco décadas um feminismo latino-americano, um feminismo negro, um feminismo lésbico, um feminismo pós-colonial que podemos ver diversificados na contemporaneidade.

A propósito disso, a globalização foi analisada lançando a necessidade de entendermos as novas misoginias (aversões às mulheres) na engrenagem capitalista patriarcal. Um exemplo prático que chocou e desafiou a nossa compreensão: os cruéis assassinatos que ocorreram em Ciudad Juárez, no México, alguns anos

atrás, quando muitas trabalhadoras das Maquillas da cidade apareceram mortas. Esse ódio às mulheres na era da globalização tem que ser denunciado, mas muito estudado ainda.

Como podemos perceber, o feminismo implica em transformação de relações de poder. Como compreender isso, sem as reflexões abertas pelo feminismo: a questão do aborto está presente para desafiar latino-americanas, principalmente.

Para contextualizar, trazemos o feminismo da igualdade que se tornou forte por ter assegurado e sustentado nossas lutas de séculos, voltando lá atrás após a Revolução Francesa.

Há que se ter uma ideia clara do que seja a igualdade com tudo o que significa e não ser confundida com a identidade, nem com a uniformidade (o feminismo aparece como onda que cresce no bojo de movimentos gerais de transformação da sociedade).

Já dizia um precursor das ideias de igualdade entre homens e mulheres, Pulain de la Barre (que rivalizou com Rousseau) a igualdade não é somente uma ideia, senão um sentimento moral, uma ideia força com capacidade esclarecedora e transformadora: um horizonte, um parâmetro ético-político, como diz a filósofa feminista Celia Amorós. À luz do conceito de igualdade, podemos perceber o fenômeno da desigualdade, em todos os níveis da sociedade, que se produz e se reproduz. Levá-nos a desenvolver uma sensibilidade social, por meio da qual, qualquer manifestação de desigualdade se torne intolerável e tal sensibilidade se torna combustível de nossas intervenções políticas.

Ao lembrar outra teórica do feminismo, Alicia Puleo, diz que a igualdade tem duas caras, uma emancipatória e outra liberal, de matriz positivista.

À igualdade de caráter emancipatório devemos o feminismo da igualdade, e a ideia de liberdade ou autonomia para as mulheres. O feminismo da igualdade não é contra as diferenças, mas a condição de sua possibilidade, permite a eclosão das diferenças, e as individualidades (não o individualismo) uma vez liberados, homens e mulheres dos estereótipos de gênero que legitimam as hierarquias sociais.

Historicamente o feminismo da diferença no século XX, fez a crítica da ordem simbólica patriarcal e marcou pontos quando não aceitou a assimilação da diferença ao universo masculino. Um parênteses para voltar ao plano da nossa história tão ocultada que faz com que caiamos em armadilhas ao longo do caminho.

Uma história que levou muito tempo para que a desvendássemos e que nos faz falta para que entendamos o alcance de nossas lutas; e as pistas que vêm de longe.

Por que perdemos eles importantes da história do dia 8 de março¹, data importante no calendário feminista?

Dizer que é fundamental combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação global da sociedade não é novidade: já diziam, desde o

1. O grupo de estudos feminista na SOF fez reflexões sobre a data no livro: As origens e a comemoração do 8 de março, de Ana Isabel González, por ocasião dos 100 anos da proposta de um Dia Internacional das Mulheres por Ckara Zetkin.

começo do século passado, as revolucionárias Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Rosa de Luxemburgo e tantas outras, o fazíamos desde aquele momento até recentemente para convencer, em décadas recentes, os companheiros homens de esquerda de que a opressão das mulheres, sua permanência no estreito círculo da família e do trabalho doméstico, era uma força contrária às propostas de igualdade social defendida pelo socialismo.

Há que se perguntar: por que ficamos tanto tempo com pouca informação sobre os movimentos pelo direito ao voto das mulheres americanas? De seu pioneirismo em lutas sociais e políticas? Por que aceitamos o simplismo de taxar a luta pelo direito ao voto e das sufragistas (sufragettes) ao direito burguês, na democracia burguesa. Por que ignoramos o papel de muitas americanas protagonistas de lutas contra a escravidão, que foram abolicionistas lutadoras e também sufragistas importantes?

Sabemos da luta e da disputa, das tensões para ir além do direito ao voto das mulheres, o seu papel etc. Mas ficamos durante muito tempo sem lançar nossas vistas a essas grandes mobilizações das mulheres americanas que se mesclaram às lutas das trabalhadoras fabris por seus direitos. Sim, direito ao voto, significava direito político e um exercício de autonomia para as mulheres. Empoderamento?

A tradição de esquerda bradava a divisão da classe operária. Sim, não nos deixaríamos estagnar pela concepção burguesa de democracia, refletiu a revolucionária Rosa de Luxemburgo polemizando com Lenin. A democracia deveria ser revestida de um conteúdo social novo e não deveria ser jogada no lixo. Aprendemos que Rosa estava certa, com a história das derrocadas de experiências revolucionárias.

A declaração de Seneca Falls nos EUA revelava: “Decidimos: que todas as leis que impedem que a mulher ocupe na sociedade a posição que sua consciência lhe dite, que a situe a uma posição inferior a do homem, são contrárias ao grande preceito da natureza e, portanto, não têm nem força, nem autoridade” (Nova York, 19 e 20 de julho de 1848). Declaração burguesa? Claro que não! Então, o direito ao voto foi uma reivindicação central para as mulheres de distintas correntes que se formaram na mobilização das mulheres. A discussão sobre as formas de luta e a construção de alianças, nos resumiu Nalu Faria no prefácio do livro, “provocava uma permanente tensão tanto nas correntes do movimento sufragista independente quanto entre as militantes socialistas. Alianças, que pareciam tão óbvias entre setores oprimidos, permaneciam sempre conflituosas e frágeis e, com frequência, se rompiam em prejuízo de seu elo mais fraco: as mulheres”. Alguns exemplos são bastante simbólicos. A dedicação das organizações de mulheres nos EUA à luta pelo fim da escravidão dos negros não garantiu a elas que os abolicionistas apoiassem a igualdade das mulheres, fossem brancas ou negras, uma vez abolida a escravidão. Da mesma forma, no movimento socialista, as militantes tiveram que dedicar parte importante de suas energias, e muitas

vezes abrir mão de suas reivindicações, para convencer os partidos de esquerda de que valia a pena lutar pela igualdade para as mulheres. Nem sempre foram bem sucedidas. Nos textos de Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, em diferentes períodos entre 1906 e 1920, é insistente a argumentação de que a luta das mulheres, ao contrário de ameaçar a luta do proletariado, a reforça.

Aprendemos nos textos de Engels que a opressão das mulheres não surge com a sociedade de classes, mas em todas as formações sociais homens e mulheres foram reinseridos segundo sua classe, castas e que a desigualdade entre homens e mulheres se remodela, se recria, favorecendo a dominação masculina, ao combinar as relações sociais de sexo (relações de gênero) com a dominação de classe.

Esse foi um período de lutas. Nossa herança no caminho para a igualdade.

Alinhavando pequenos flashes das ondas feministas:

A primeira onda: o nascimento do feminismo. Sem relatar aqui a luta das trabalhadoras por direitos (que a maioria de nós conhece). Teoria e prática se entrelaçam. O feminismo liberal sufragista: desde o manifesto de Seneca Falls, em 1848 até o fim da Segunda Guerra Mundial. Continua a luta das mulheres pela educação; entrar em todos os níveis de educação e assim sucessivamente, além dos direitos políticos de votar e ser eleita.

O feminismo norte-americano: o movimento pelos direitos das mulheres surgiu na América do Norte em grande parte como consequência da participação das mulheres no movimento contra a escravidão que começou nos anos 1830. As mulheres colaboraram de maneira ativa na coleta de assinaturas e petições abolicionistas. Sem dúvida, logo viram como os homens limitavam suas funções e atuação. A participação organizada nestes grupos antiescravistas serviu para lançá-las na arena pública (cf Alycia Miyares). “Ao perceberem a situação social e pessoal dos escravos e escravas negros, refletiram sobre a sua própria e quão limitada era a esfera doméstica, na qual haviam sido confinadas”. Lideranças: Lucrecia Mott e Elisabeth Cady Stanton. Resumindo suas reivindicações: elaboram um programa exigindo: Igualdade de salários e de opções de trabalho, direito a posse e administração de bens; ter contas correntes e abrir negócios; direito à liberdade e à participação política; acesso à educação; igualdade no matrimônio.

Harriet Taylor, em 1869 – na Inglaterra – escreveu a *Sujeição da Mulher*. Os Mill, se perguntaram quais as razões para a subordinação das mulheres? Rechaçavam a ideia de Rousseau acerca da natureza diferenciada das mulheres e assinalavam, como Wollstonecraft, no livro *A reivindicação das Mulheres*, a origem social e cultural das diferenças entre homens e mulheres.

O feminismo socialista: os socialistas utópicos foram os primeiros a reconhecerem a necessidade de independência econômica das mulheres. Lembremos de Flora Tristán, Operária (1843). A principal contribuição dessa corrente de pensamento talvez seja a importância que davam à transformação da institui-

ção família. Condenavam a dupla moral e consideravam o celibato e o matrimônio indissolúvel como instituições repressoras e causa de injustiça e infelicidade.

Vale lembrar também Emma Goldman (1869-1940): Para ela, as mulheres se libertariam graças às suas próprias forças e esforços individuais. Não bastava o acesso ao trabalho assalariado, se as mulheres não fossem capazes todo o peso da ideologia tradicional em seu interior. Assim, defendia viver segundo as próprias convicções, propiciando pequenas revoluções na vida cotidiana das mulheres, que se autodesignavam mulheres livres. A liberdade é o princípio motor de tudo e as relações entre os sexos deveriam ser absolutamente livres.

Abordaram, segundo John Stuart Mill, sem preconceitos, temas que os reformadores sociais da época não se atreviam. Embora não chegassem a questionar a divisão sexual do trabalho.

Em meados do século XIX, foi se impondo no movimento operário, o socialismo marxista. O marxismo articulou a chamada “questão da mulher” na sua teoria geral da história e ofereceu uma nova explicação sobre a origem da opressão das mulheres e uma nova estratégia para sua emancipação. Porém, a obra que firmou essa explicação foi “*A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*” (Engels) em que aponta que a origem da sujeição não estaria em causas biológicas – a capacidade de reproduzir ou a constituição física – mas sociais, mais precisamente na aparição da propriedade privada e na exclusão das mulheres da esfera da produção social. Em consequência, concluíam-se que a emancipação das mulheres iria levar a seu retorno à produção e à independência econômica. Essa visão não impediu que muitos sindicatos se opusessem ao trabalho das mulheres, a propósito de defendê-las da superexploração e de aumentar o desemprego masculino. As diferenças de classe separavam as mulheres. Por outro lado, muitos apenas consideravam que a questão da mulher se solucionaria automaticamente com o socialismo. Chegou-se a afirmar que o feminismo era um desvio. Isso impediu que as mulheres socialistas se organizassem dentro de seus próprios partidos. Apesar disso, a sedimentação de um feminismo socialista se deu com a insistência de Clara Zetkin que dirigiu a revista *Igualdade*.

Victória Sau, no Dicionário ideológico do feminismo, define:

O feminismo é um movimento social e político que se iniciou formalmente em fins do século XVIII e que supõe a tomada de consciência das mulheres como grupo ou coletivo humano, da opressão, da dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas distintas fases históricas de modos de produção, o qual move a ação para a liberação de seu sexo com todas as transformações da sociedade que aquela requer.

Outra definição veio de Mary Nash na obra “*Mulheres no Mundo*”, 2005: “O pensamento feminista e a expressão mais contemporânea do feminismo como

movimento social constituem um fenômeno histórico complexo, com múltiplas correntes e que não pode reduzir-se a manifestações uniformes”.

Como já mencionado, critica a misoginia e a supremacia masculina; a convicção de que a condição das mulheres não era um fato imutável da natureza, mas que se podia alterar, melhorar (ou piorar – como as mulheres afegãs, após o Talebân assumir o poder no Afeganistão). O feminismo traduz a existência de um sentido de identidade de grupo, de gênero; “*a vontade de falar em nome das mulheres e de defender o sexo feminino com intenção de ampliar o âmbito \espaço de atuação das mulheres*”.

Em 1949, Simone de Beauvoir, compartilhando com Sartre a filosofia existencialista, publicou a obra *O segundo Sexo* que veio a repercutir amplamente anos mais tarde, quando condições sociais criaram uma ambiência social favorável, influenciando assim, na segunda onda do feminismo.

No desconforto do pós-guerra, a teorização de Beauvoir era uma tentativa de situar a dinâmica da opressão que não era específica do capitalismo, nem do socialismo real.

Retoma em primeiro lugar o estudo de Kollontai da resistência masculina à mudança em questões sexuais. Disse: “*Estamos todas sozinhas, capitalistas e socialistas*”.

Em segundo lugar, havia a preocupação da anarquista Emma Goldman (1869-1940) sobre relacionamentos pessoais: a questão era como se pode viver com outros e continuar sendo nós mesmas.

A leitura que se fazia de suas reflexões era de que as inimigas estavam dentro de si mesmas, em suas mentes: os bloqueios preconceituosos, os temores, que impediam as mulheres de viverem plenamente. Resumia: “A feminista deve cuidar de si mesma e não tanto da imoralidade dos outros”.

É com essas questões que começa o existencialismo de Beauvoir, questões irrespondíveis nos limites convencionais da teoria marxista. Simone retoma o indivíduo e a subjetividade considerando que não havia no marxismo discussão proveitosa de dois conceitos fundamentais para as mulheres: opressão e libertação. Nenhuma definição adequada de opressão ou libertação pode ser dada ou definida até que as pessoas sejam vistas não como objetos, mas como sujeitos, porque é quanto à sua subjetividade que a opressão atua. Do mesmo modo, só em relação à subjetividade é que a emancipação ou libertação podem ter significado. Para ela, o feminismo liberal havia falhado, assim como acontecia com o feminismo socialista predominante.

Em 1972, Beauvoir entrou concretamente para a política feminista e sua mais famosa frase se espalhou: “*não se nasce mulher, torna-se*”.

“A opressão da mulher opera como qualquer opressão quando lhes é negada essa autoafirmação. Como é recusada transcendência à mulher, lhe é negado o acesso aos mais elevados valores humanos - o heroísmo, a revolta, o desprendi-

mento, a invenção, a criação. Quando e onde a opressão ocorre? Para a autora, na cozinha, no trabalho, na cama ou na Universidade, Beauvoir sempre analisou como frustrante o projeto de autoafirmação, de autocriação, por fim, de autonomia.”

Resumindo a contribuição dessa obra de Beauvoir: obteve a capacidade de convencer sobre a situação da mulher.

- Expõe a teoria de que a mulher sempre foi considerada a outra com relação ao homem, sem que isso suponha uma reciprocidade: o homem nunca é o outro.
- O homem é o centro do mundo, sua medida e autoridade. Ideia que o feminismo vai reafirmar como androcentrismo.
- A filósofa chega à conclusão de que a mulher tem de ser ratificada pelo homem a cada momento, o homem é o essencial e a mulher está sempre em relação assimétrica com ele.
- Define o termo heterodesignação, ao considerar que as mulheres compartilham uma situação em comum; os homens lhes impõem que não assumam suas existências como sujeitos, mas que se identifiquem com a projeção que nelas fazem de seus desejos.
- A filósofa separa a natureza da cultura e aprofunda a ideia de que o ser homem e o ser mulher é uma construção social.

Por fim, os primeiros requisitos, segundo Beauvoir, para a liberdade das mulheres são a independência econômica e a luta coletiva. O fundamental é que, antes de mais nada, seja educada para a autonomia.

Assim, vimos emergir na segunda onda do feminismo a consigna de que “*o pessoal é político*”. Os temas da sexualidade destacam-se e darão posteriormente vida às formulações atuais de direitos sexuais e reprodutivos.

Em vários países desenvolvidos, na década de 1970, o feminismo desenvolveu-se coincidindo ou acompanhando os movimentos que contestavam o status quo, os modos de vida, o *american way of life*, como o movimento hippie e contra a guerra do Vietnã. O registro da contracultura americana, captado por um filósofo influente como Marcuse que questionava as relações de poder, dialogava com os desejos e críticas das feministas.

O feminismo avançou para além dos direitos legais para as mulheres, e foi alargando a concepção de direitos para os espaços considerados privados. O feminismo da segunda onda primou por borrar as fronteiras tradicionais entre o público e o privado.

Os movimentos de libertação das mulheres tratavam das novas liberdades sexuais para elas, o questionamento da moral religiosa e da culpa daí advinda, inscreveram o direito ao prazer na agenda pública, cujo exercício veio a ser favorecido com o uso dos contraceptivos (a pílula) que possibilitou a separação entre sexo e reprodução.

As consignas feministas mais famosas pregavam desde “o pessoal é político” até “a abolição do patriarcado”. Esse último mote expressava o objetivo global e o primeiro significava uma nova forma de entender a política.

Autoras destacadas: Kate Millet, com *A política sexual*; Sulamita Firestone, com *A Dialética do Sexo*, Julliete Mitchel com *Mulher: A mais longa revolução*, dentre outras militantes e intelectuais feministas. Inspiraram os grupos de consciência e de debates entre mulheres.

As manifestações pelo direito ao aborto, a reivindicação por creches etc. e sua conquista efetiva nos EUA e nos principais países europeus são uma prova concreta da força dos movimentos feministas nos países centrais. Três grandes correntes se formaram nessa conjuntura: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo socialista.

A corrente liberal definia como um dos principais problemas das mulheres, a exclusão da esfera pública e propugnava que as mulheres entrassem no mercado de trabalho e que se educassem para a ocupação de cargos públicos. Centrava-se na igualdade de oportunidades e de tratamento.

O feminismo radical teve seu ápice entre 1967 e 1975. Questionavam a política reformista e os partidos. Por isso pleitearam que as mulheres deveriam organizar-se de forma autônoma, separando-se dos homens, constituindo-se no Movimento de Liberação da Mulher. Produziu-se um primeiro conflito e cisão: as mulheres políticas e feministas. (ver Ana Miguel, in *10 palavras claves sobre mujer*, 2002)

Duas teóricas e suas obras foram fundamentais: *Política Sexual*, de Kate Millet publicado em 1969 e *A Dialética do Sexo*, de Sulamith Firestone, publicado em 1970. Estas foram fundamentais para as análises feministas, como os conceitos de patriarcado, o gênero e casta sexual (a vivência comum da opressão vivida pelas mulheres). O patriarcado definia-se como um sistema de dominação sexual que é, além disso, um sistema básico de dominação sobre o qual se erigem as outras dominações, como a de classe e raça. O patriarcado é um sistema de dominação masculina que determina a opressão e a subordinação das mulheres. (cf. Victória Sau. Dicionário Ideológico Feminista, 2000).

Os principais questionamentos do feminismo radical:

- Considera que a luta socialista é uma condição necessária, mas não suficiente para o estabelecimento de uma sociedade em que as mulheres sejam livres. O socialismo não inclui o feminismo. Enquanto o feminismo pode contemplar o socialismo. As instituições socialistas poderiam discriminar as mulheres o que justificava um “movimento de mulheres independentes”, defendiam que a organização exclusiva de mulheres justificava-se porque a luta era dirigida contra as instituições patriarcais representadas pelos homens.

- Beth Friedam, fundadora da NOW (Organização Nacional para as Mulheres) – escreveu a *Mística Feminina*, importante obra que questionava o ideal de domesticidade. Analisou as relações de poder dentro da família e da sexualidade.
- Consideravam que todos os homens recebiam os dividendos patriarcais.
- Criaram espaços próprios como os grupos de autoconsciência ou grupos alternativos para discutir a saúde e a sexualidade (criaram centros de apoio à mulheres vítimas de maus tratos
- (violência sexual e doméstica), centros de defesa pessoal etc. O Coletivo de Boston fez um trabalho importante de conhecimento do corpo e desenvolveu uma metodologia de abordagem corporal.
- Defendiam uma estrutura horizontal e secundarizavam as questões de classe.

O feminismo socialista

Havia muitas alianças entre feminismo e socialismo. Porém, os conflitos foram numerosos. As feministas socialistas foram muitas vezes acusadas de dividir a classe. As feministas socialistas reconheceram que algumas categorias analíticas foram “cegas para o sexo” e a chamada questão feminina discutida nos partidos socialistas ou comunistas não chegaram ao cerne da questão feminista. Por outro lado, os questionamentos afirmaram que o feminismo ignorava a história e a experiência das mulheres trabalhadoras, imigrantes e de cor. Partiu daí o esboço de resposta pela aliança entre classe, gênero e raça nas análises. A partir desses questionamentos se esboçam as análises de que classe, gênero e patriarcado são categorias que devem vertebrar a abordagem da totalidade social.

Os feminismos se diversificaram: Feminismo da diferença na Europa, feminismo cultural, feminismo pós moderno. O feminismo da Igualdade vai frisar que se opõe à desigualdade e luta contra todas as suas formas de expressão.

O feminismo da diferença pretendia criar outra ordem simbólica afirmando a diferença sexual. Questionava o código secreto da ordem patriarcal. Enfatizam a cumplicidade feminina. As principais intelectuais dessa teoria foram Luce Irigaray, filósofa e psicanalista e Hélène Cioux, na França e na Itália se destacava o grupo da Livraria de Mulheres de Milão.

Depois poderíamos desdobrar outras diversificações: feminismo institucional, acadêmico, e mais recentemente, nos anos 1990, o Ecofeminismo (Vandana Shiva), o feminismo negro (Black Feminism), o feminismo latinoamericano, entre outros. Uma terceira onda, em resumo.

Por fim, o feminismo hegemônico hoje na academia, oriundo dos estudos culturais norte-americano é vocalizado na teoria Queer. Autores da teoria Queer

fazem a distinção analítica entre gênero e sexualidade, rejeitando uma relação causal entre os dois.

Influência intelectual principal de Judith Butler: *O problema do Gênero. E a subversão da identidade*.

- Butler trabalha com sujeitos de sexo, gênero e desejo. Questiona a política feminista com o sujeito assentado na categoria Mulher. O termo mulheres denota uma identidade comum.
- Questiona as categorias binárias homem – mulher.
- Critica a heteronormatividade.
- Afirma que o gênero não é uma essência que tem um nó duro, o sexo, mas ele é um efeito, naturalizado, estabilizador de uma performance. Essa performatividade do gênero não implica uma concepção identitária, voluntarista do gênero. Sua reflexão partiu da cultura gay e lésbica. Tratava-se não de abolir o gênero, mas de subverter o sentido, com práticas de subversão das identidades. Tal caminho fortaleceu e pavimentou o caminho da teoria Queer.
- Uma questão importante é que há uma inteligibilidade cultural do gênero. “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que instituem e mantem de alguma maneira relações de coerência, contiguidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.
- A noção de Queer (“sexualidades estranhas”) subvertia a denominada heteronormatividade.
- Para finalizar, no feminismo, qual é a relação entre teoria e a prática? Qual é o papel ou a função da teoria feminista?
- Bem, o feminismo em um conjunto teórico explicativo, a função da teoria feminista seria contribuir para produzir um paradigma teórico? Para Valcárcel, o feminismo resultou de um processo de autoconsciência das mulheres, como gênero. Parte do processo da agenda da humanidade para tornar-se realmente humana.

Para essa filósofa, o mais importante do feminismo é interromper a dinâmica do patriarcado em separar as mulheres. Algo a balizar a atualização da agenda feminista e que nos convida a refletir e aprofundar as trilhas feministas na teoria e na prática.

Já se fala em quarta onda. Mas essa fica para um outro ensaio.

Referências

- ALVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular/Sempreviva Organização feminista - SOF, 2010.
- AMORÓS, Celia (Coord.) **Diez Palabras claves sobre mujer**. Editorial Verbo

Divino, España. 2000.

AMORÓS, Célia y DE MIGUEL, Ana. **Teoria Feminista: de la Ilustración a la Globalización**. Madrid: Minerva Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Fatos e Mitos**. Vol.I, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

HIRATA, Helena e SENOTIER, Daniele et ali (orgs) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP Ed., 2009.

MIYARES, Alicia in AMORÓS, Celia. **Historia de la Teoria Feminista**.

PULEO, Alicia. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro**. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lucia da. (orgs) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria da Mulher. Prefeitura de São Paulo, Friedrich Ebert Stiftung, 2004.

SAU, Victoria. **Diccionario Ideológico Feminista**. Vol. I, Barcelona, 2000.

VALCÁRCEL, Amélia. **La Política de las Mujeres**. Madrid: Ed. Cátedra, 1977.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindication de los derechos de la Mujer**. Madrid: ed. Tribuna feminista, 1977.